

REFORMA TRIBUTÁRIA

REGULAMENTAÇÃO PLP Nº 68/2024

AGRONEGÓCIO

Renato Conchon

Coordenador de Assuntos Econômicos
Diretoria Técnica | CNA

Brasília/DF, 30 de outubro de 2024.



DIÁLOGO PERMANENTE COM OS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

PLP 68 2024



Impacto da Reforma Tributária para o pequeno produtor rural é tema de debate no Senado

AGRO+ por Redação — setembro 24, 2024

<https://agromais.uol.com.br/2024/09/24/impacto-da-reforma-tributaria-para-o-pequeno-produtor-rural-e-tema-de-debate-no-senado/>



CNA participa de debate sobre reforma tributária na FPA

Parlamentares se reuniram com o secretário Bernard Appy

28 de maio 2024 **POR CNA**

<https://cnabrasil.org.br/noticias/cna-participa-de-debate-sobre-reforma-tributaria-na-fpa>

PLP 68/2024

APERFEIÇOAMENTOS NECESSÁRIOS:

1. Garantir segurança jurídica
2. Não-cumulatividade plena
3. Ajustes de redação

AJUSTES DE REDAÇÃO

1. Conceito “in natura”



Emenda 625 Senadora Tereza Cristina;
Emenda 810 Senadora Profª Dorinha;

Art. 1º. Substitua-se os seguintes dispositivos do Projeto de Lei Complementar nº 68 de 2024:

Art. 132.

.....
Parágrafo único. Considera-se *in natura* o produto tal como se encontra na natureza, que não tenha sido submetido a nenhum processo de industrialização, não perdendo essa condição o que apenas tiver sido submetido:

I - a secagem, limpeza, debulha de grãos ou descaroçamento;

ou

II - a congelamento, resfriamento ou simples acondicionamento, quando tais procedimentos se destinem apenas ao transporte, ao armazenamento ou à exposição para venda; ou

III - concentração ou adicionado de conservantes ou antioxidantes para manter integridade do produto.

1

Conceito do
produto *in natura*

2

Diferimento compra
produção rural

NÃO CUMULATIVIDADE

2. Diferimento compra produção rural



Emenda 85	Senador Weverton
Emenda 273	Senador Mecias de Jesus
Emenda 318	Senador Luis Carlos Heinze
Emenda 351	Senador Zequinha Marinho
Emenda 820	Senador Luis Carlos Heinze
Emenda 1033	Senador Irajá

“Art. 132.

§ 2º Fica diferido, mantendo-se o crédito, o recolhimento do IBS e da CBS incidentes nas operações de que trata o caput, na venda do produtor rural pessoa física ou jurídica, para o momento em que ocorrer:

- I – a saída para outro Estado;
- II – a saída para o exterior;
- III – a saída dos produtos resultantes da industrialização.

§ 3º Na hipótese do §2º, o pagamento dos tributos diferidos na etapa anterior deverá ser realizado no momento da comercialização pelo contribuinte adquirente, seguindo a tributação aplicável a esta operação.”

3

Crédito presumido à agroindústria

NÃO CUMULATIVIDADE

3. Créditos presumidos da agroindústria



Emenda 815

Senadora Profª Dorinha;

“Art. 163. Ficam concedidos, ao contribuinte do IBS e CBS sujeito ao regime regular, créditos presumidos dos tributos relativos às aquisições de bens e serviços do produto rural ou de produtor rural integrado, não contribuintes, na forma do art. 159, e não optantes pelo Simples Nacional.

§ 1º Os créditos presumidos serão de, no mínimo, 60% da alíquota geral do IBS e CBS, podendo o regulamento estabelecer percentual maior a fim de atender a plena não cumulatividade.

NÃO CUMULATIVIDADE

4. Desoneração bens capital



Emenda 1507

Senador Izalci Lucas

“Art. 105.

.....

§ 6º A suspensão do pagamento do IBS e da CBS prevista no caput converte-se em alíquota zero na operação de aquisição de máquinas, equipamentos, partes e peças empregados na produção rural, realizada pelo produtor rural pessoa física ou jurídica.”

4

Desoneração dos bens de capital

SEGURANÇA JURÍDICA

5. Inclusão de sucos, castanhas, fungos, óleos vegetais e mel na cesta



Emenda 817

Senadora Profª Dorinha

Inclua-se e ajuste-se os seguintes itens no Anexo I do Projeto de Lei Complementar nº 68 de 2024:

+ mel

9	Óleos vegetais destinados à alimentação humana
...
16	<i>Suprimir</i>
...
23	Sucos sem adição de açúcar e conservantes
24	Fungos e castanhas

5

**Alíquota reduzida
alimentos**

NÃO CUMULATIVIDADE

6. Crédito presumido de CBS compensável com qualquer tributo administrado pela RFB



Emenda 626

Senadora Tereza Cristina

Art. 163.

§ 9º Sem prejuízo do disposto no parágrafo sétimo deste artigo, os créditos presumidos de CBS de que trata o *caput* poderão ser compensados, nos termos do art. 74 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, com outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil.

6

**Crédito de CBS
compensável com
qualquer tributo
administrado pela RFB**

NÃO CUMULATIVIDADE

7. Imposto Seletivo não incidir sobre aeronaves de pulverização



Emenda 181	Senador Mecias de Jesus
Emenda 286	Senador Mecias de Jesus
Emenda 303	Senador Luis Carlos Heinze
Emenda 473	Senador Astronauta Marcos Pontes

“Art. 406.....

.....

§ 3º Não estão sujeitas ao imposto seletivo as aeronaves agrícolas, assim inscritas no Registro Aeronáutico Brasileiro – RAB.”

7

Imposto Seletivo não incidir sobre aeronaves de pulverização

MUITO OBRIGADO!

Renato Conchon

renato.conchon@cna.org.br

Brasília/DF, 30 de outubro de 2024

